



Relatórios e Contas 2010

Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A.

ÍNDICE

I.	Dados sobre a Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A.	3
II.	Composição dos Órgãos Sociais	4
III.	Relatório do Conselho de Administração	6
	1. Actividade Desenvolvida em 2010	6
	2. Situação Económica e Financeira	7
	3. Proposta de Aplicação de Resultados	8
	4. Nota Final	9
IV.	Demonstrações Financeiras	10
	Balanço	11
	Demonstração de Resultados	12
	Demonstração de Resultados de Fluxos de Caixa	13
	Demonstração de Variações no Capital Próprio	14
	Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados	16
	Certificação Legal das Contas	30
	Parecer do Fiscal Único	32

DADOS SOBRE A SOCIEDADE GESTORA DOS FUNDOS DE PENSÕES DO BANCO DE PORTUGAL, S.A.

A Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. foi constituída em 3 de Junho de 1988, tendo por objecto a gestão dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal.

O capital social da Sociedade é de 1.000.000 de euros.

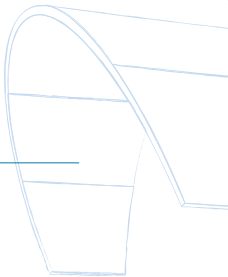
São seus accionistas:

- O Banco de Portugal com uma participação que, a 31 de Dezembro de 2010, correspondia a 98% de capital; e
- Participantes e Beneficiários do Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Benefício Definido.

A sua Sede e os seus serviços situam-se na Av. da República, nº 57, 7º, em Lisboa.

Em 31 de Dezembro de 2010:

- O Activo Líquido da Sociedade ascendia a 2.630.190,11 euros;
- O Capital Próprio da Sociedade ascendia a 2.521.662,23 euros.



COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

—— Presidente	Armando da Silva Couto
—— Secretário	Hernâni Fontoura Pires

Conselho de Administração

—— Presidente	António Manuel Martins Pereira Marta
—— Administrador	Vítor Manuel da Silva Rodrigues Pessoa
—— Administradora Delegada	Helena Maria de Almeida Martins Adegas

Fiscal Único	Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
--------------	---

Suplente do Fiscal Único	Rui Abel Serra Martins, R.O.C.
--------------------------	--------------------------------

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33

Relatório do Conselho de Administração

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas,

Em conformidade com as normas legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas e demais documentos relativos ao exercício de 2010.

1.

ACTIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2010

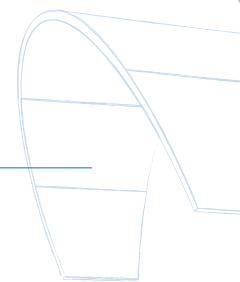
A Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. é a entidade responsável pela gestão dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, bem como pela elaboração das avaliações actuariais relativas ao cálculo das responsabilidades inerentes ao plano de benefícios e aos encargos financiados pelo Fundo de Pensões de Benefício Definido. O capital desta Sociedade é detido em 97,8% pelo Banco de Portugal e o seu quadro de pessoal é essencialmente constituído por trabalhadores do Banco abrangidos por um acordo de cedência.

No exercício de 2010, assumiu particular relevo a implementação de um novo Fundo de Pensões, de contribuição definida, que surgiu na sequência das alterações introduzidas no regime geral de Segurança Social aplicável aos trabalhadores bancários, bem como das alterações aos Acordos de Empresa do Banco de Portugal publicados em 22 de Junho de 2009 no Boletim de Trabalho e Emprego.

O novo Fundo designa-se Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Contribuição Definida e abrange os empregados do Banco de Portugal admitidos no sistema bancário a partir de 3 de Março de 2009 e inscritos no regime geral da Segurança Social por força do Decreto-Lei nº 54/2009, de 2 de Março, sendo financiado através de contribuições do Banco e dos trabalhadores. A adesão é facultativa para o trabalhador e obrigatória para o Banco de Portugal no pressuposto de que o trabalhador adere.

O novo Fundo de Pensões assume como principal característica o permitir a associação do perfil de risco da política de investimentos ao ciclo de vida de cada um dos participantes, tendo iniciado a sua actividade no final do ano, após a respectiva autorização concedida pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Durante o exercício de 2010 deu-se também continuidade ao projecto de implementação da Norma Regulamentar nº8/2009-R, de 4 de Junho, do Instituto de Seguros



1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33

de Portugal, sobre Gestão de Riscos e Controlo Interno. Neste contexto, procedeu-se a uma revisão da estrutura organizativa da Sociedade Gestora, nomeadamente, através do desenvolvimento das funções de auditoria interna e de *compliance*, bem como da formalização da função de gestão de risco e controlo interno.

Ainda neste âmbito, continuou a ser desenvolvido o projecto de avaliação do sistema de controlo interno, o qual visa avaliar, implementar e estabelecer procedimentos de controlo dos diferentes riscos incorridos pela Sociedade Gestora.

Decorrente de outra alteração legislativa, também com impacto na actividade desenvolvida pela Sociedade Gestora, procedeu-se ao início do processo de integração no regime geral de Segurança Social dos trabalhadores abrangidos pelo regime substitutivo constante de instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário, que se encontravam no activo à data da publicação do Decreto-Lei nº1-A/2011. O novo enquadramento legal terá por efeito a repartição futura, entre o Fundo de Pensões e a Segurança Social, das responsabilidades com o benefício de reforma por limite de idade.

Ao nível do investimento nos sistemas e nas tecnologias de informação, foi concluído o projecto de remodelação da infra-estrutura tecnológica de suporte à actividade, resultante das recomendações no âmbito do Plano de Continuidade de Negócio, com especial enfoque na modernização dos sistemas de segurança e na implementação de redundância em componentes críticas.

Nesta área, foi também relevante a participação, em conjunto com o Banco de Portugal, no projecto de implementação de uma nova versão da aplicação informática que suporta a gestão dos activos financeiros e imobiliários.

A Sociedade Gestora continuou também a colaborar com as suas congéneres dos países de expressão portuguesa, com vista ao desenvolvimento de fundos de pensões para os colaboradores dos respectivos Bancos Centrais, destacando-se os programas de formação profissional nas áreas da contabilidade e do cálculo actuarial.

2.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços, no valor 3.572.780 euros, registaram uma redução de 56.000 euros (-1,57%) face a 2009, em resultado sobretudo da diminuição da comissão de gestão paga pelo Associado.

A referida diminuição, que ocorreu por decisão do Conselho de Administração da Sociedade Gestora, acrescida da redução dos proveitos financeiros e de outros

rendimentos e ganhos, implicou um decréscimo do total dos proveitos em 165.746 euros (- 4,52%) face a 2009.

A totalidade dos custos e perdas, excluindo apenas o imposto sobre o rendimento do exercício (IRC), manteve um valor praticamente constante face a 2009 (+0,02%).

Decorrente do processo de transição do Plano Oficial de Contabilidade (POC) para o novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), foram registados Resultados Transitados no montante de -3.917,27 euros, devido essencialmente ao desreconhecimento de activos.

Os resultados líquidos e os capitais próprios situaram-se em 78.137,83 euros e 2.521.662,23 euros, respectivamente, pelo que a margem de solvência da Sociedade Gestora, no final de exercício, apresentava um nível de cobertura de 131,98%.

3.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando que o resultado líquido de impostos da Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. foi 78.137,83 euros, no exercício de 2010, propõe-se a seguinte aplicação do mesmo:

Reserva legal: 3.906,89 euros

Reservas livres: 74.230,94 euros

Propõe-se ainda a transferência para Reservas Livres dos resultados transitados negativos, no valor de 3.917,27 euros, decorrentes dos ajustamentos de transição para a nova base contabilística.

4.

NOTA FINAL

O Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos aqueles que contribuíram para os resultados alcançados, sendo de destacar:

O Banco de Portugal, pela confiança e espírito de colaboração demonstrados;

O Instituto de Seguros de Portugal, pela forma como acompanhou a actividade desenvolvida;

Os colaboradores da Sociedade Gestora, pelo elevado esforço e profissionalismo que demonstraram no desempenho das suas responsabilidades.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2011

O Conselho de Administração

António Manuel Martins Pereira Marta	Presidente
Vítor Manuel da Silva Rodrigues Pessoa	Administrador
Helena Maria de Almeida Martins Adegas	Administradora Delegada

Demonstrações Financeiras

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Resultados de Fluxos de Caixa

Demonstração de Variações no Capital Próprio

Anexo ao Balanço e às Demonstrações de Resultados

Certificação Legal das Contas

Parecer do Fiscal Único

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33

Balanco em 31 de Dezembro de 2010

	Notas	31 / Dez / 10	31 / Dez / 09
RUBRICAS			
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos Fixos Tangíveis	4	258.929,76	229.204,04
Activos Intangíveis	4	92.014,86	101.005,54
Activos por impostos diferidos	8	1.828,60	3.805,95
		352.773,22	334.015,53
Activo Corrente			
Outras contas a receber	9	52.221,57	0,00
Diferimentos	9	193.990,83	39.972,42
Activos Financeiros detidos p/ negociação	5	1.832.469,09	1.825.485,92
Caixa e Depósitos Bancários	6	198.735,40	499.956,60
		2.277.416,89	2.365.414,94
Total do Activo		2.630.190,11	2.699.430,47
(em Euros)			
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado	7	1.000.000,00	1.000.000,00
Reservas Legais	7	129.563,69	118.861,38
Outras Reservas	7	1.317.877,98	1.114.534,18
Resultados Transitados	7	-3.917,27	-61.547,25
Resultado Liquido do período	7	78.137,83	271.676,09
Total do Capital Próprio		2.521.662,23	2.443.524,40
Passivo			
Passivo Corrente			
Fornecedores	9	64.498,38	38.037,13
Estado e outros Entes Públicos	8	25.119,12	24.875,90
Outras Contas a Pagar	9	8.423,31	192.118,99
Diferimentos	9	10.487,07	874,05
		108.527,88	255.906,07
Total do Passivo		108.527,88	255.906,07
Total do Capital Próprio e do Passivo		2.630.190,11	2.699.430,47
(em Euros)			

O Técnico de Contas

Paulo José Antunes Jorge

O Conselho de Administração

António Manuel Martins Pereira Marta
Vitor Manuel da Silva Rodrigues Pessoa
Helena Maria de Almeida Martins Adegas

Demonstração dos Resultados por Naturezas			
	Notas	31 / Dez / 10	31 / Dez / 09
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	11	3.572.780,00	3.628.848,00
Fornecimentos e serviços externos	12	-1.169.519,40	-1.107.985,74
Gastos com pessoal	10	-2.153.785,89	-2.136.079,51
Provisões (aumentos/reduções)	15		35.344,87
Aumentos/Reduções de justo valor	14	-3.979,30	-12.827,37
Outros rendimentos e ganhos	13	72.744,43	83.511,56
Outros gastos e perdas	16	-93.069,16	-44.511,92
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		225.170,68	446.299,89
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-133.294,32	-127.884,37
Imparidade de investimentos depreciaáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado Operacional (antes de gasto de financiamento e impostos)		91.876,36	318.415,52
Juros e rendimentos similares obtidos	17	19.950,00	39.569,28
Juros e gastos similares suportados	17	-16,30	
Resultado antes de impostos		111.810,06	357.984,80
Imposto sobre rendimento do período		-33.672,23	-86.308,71
Resultado líquido do período		78.137,83	271.676,09

(em Euros)

O Técnico de Contas

Paulo José Antunes Jorge

O Conselho de Administração

António Manuel Martins Pereira Marta
Vitor Manuel da Silva Rodrigues Pessoa
Helena Maria de Almeida Martins Adegas

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	31 / Dez / 10	31 / Dez / 09
RENDIMENTOS E GASTOS		
Recebimentos de clientes	2.319.428,47	3.702.027,51
Pagamentos a fornecedores	-1.036.470,47	-1.162.958,75
Pagamentos ao pessoal	-1.007.778,97	-1.934.025,80
Caixa gerada pelas operações	275.179,03	605.042,96
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-57.775,98	-99.195,27
Outros recebimentos/pagamentos	-286.192,19	-22.504,13
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	-68.789,14	483.343,56
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-161.718,11	-42.906,94
Activos intangíveis	-73.466,23	-6.478,07
Investimentos financeiros	-1.954.150,52	-3.872.179,13
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis		39,98
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros	1.955.853,00	3.644.799,79
Juros e rendimentos similares	1.049,80	884,41
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-232.432,06	-275.839,96
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-301.221,20	207.503,60
Caixa e seus equivalentes no início do período	499.956,60	292.453,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	198.735,40	499.956,60

(em Euros)

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO em 31 de Dezembro de 2009

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2009	1	1.000.000,00	113.373,23	1.010.259,27		109.763,06	2.233.395,56	2.233.395,56
Alterações no período								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico					13.670,63			
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis					-132.228,58			
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								
Ajustamentos por impostos diferidos					57.010,70			
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								
	2	0,00	0,00	0,00	-61.547,25	0,00	-61.547,25	-61.547,25
Resultado líquido do período	3					271.676,09	271.676,09	271.676,09
Resultado integral	4=2+3						210.128,84	210.128,84
Operações com detentores de capital no período								
Distribuições			5.488,15	104.274,91		-109.763,06		
Outras operações	5						0,00	0,00
		0,00	5.488,15	104.274,91	0,00	-109.763,06		
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009	6=1+2+3+5	1.000.000,00	118.861,38	1.114.534,18	-61.547,25	271.676,09	2.443.524,40	2.443.524,40

(em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO em 31 de Dezembro de 2010

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2010	6	1.000.000,00	118.861,38	1.114.534,18	-61.547,25	271.676,09	2.443.524,40	2.443.524,40
Alterações no período								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis								
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								
	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	8					78.137,83	78.137,83	78.137,83
Resultado integral	9=7+8						78.137,83	78.137,83
Operações com detentores de capital no período								
Distribuições			10.702,31	203.343,80	57.629,98	-271.676,09	0,00	0,00
Outras operações								
	10	0,00	10.702,31	203.343,80	57.629,98	-271.676,09	0,00	0,00
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2010	6+7+8+10	1.000.000,00	129.563,69	1.317.877,98	-3.917,27	78.137,83	2.521.662,23	2.521.662,23

(em Euros)

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

INTRODUÇÃO

A Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A., foi constituída em 3 de Junho de 1988, por escritura notarial lavrada da folha. 74 à 76 do livro de notas para escrituras diversas n.º 677 – C do 9º Cartório Notarial de Lisboa, tendo por objecto a administração, gestão e representação dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal.

A sua constituição foi autorizada pela Portaria n.º 245/88, de 20 de Abril, do Ministério das Finanças.

Em 2010, procedeu-se à alteração da respectiva denominação social para Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A..

Nota 1

— BASE DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Com a entrada em vigor, em 1 de Janeiro de 2010, do Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, a Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. ficou abrangida pela obrigatoriedade de adopção do normativo contabilístico nacional (SNC – Sistema de Normalização Contabilística), que se baseia nas Normas Internacionais de Contabilidade, emitidas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*) e adoptadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras foram elaboradas pela primeira vez em 2010, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), tendo sido aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de Janeiro de 2011.

Até 31 de Dezembro de 2009, as demonstrações financeiras foram aprovadas e publicadas em conformidade com as disposições do Plano Oficial de Contas (POC). No entanto, para efeitos de adequada comparabilidade, as presentes demonstrações financeiras foram ajustadas por forma a estarem de acordo com a base SNC.

Os ajustamentos de transição, realizados com efeitos a 1 de Janeiro de 2009, foram efectuados de acordo com as disposições do “IFRS 1 – Primeira adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro”.

As divulgações que a referida norma estabelece, relativas à transição do normativo contabilístico em vigor em Portugal para as NCRF, são apresentadas na Nota 18.

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

— **Activos Intangíveis**

Correspondem essencialmente a aplicações informáticas, sendo registados inicialmente pelo custo de aquisição, que compreende todos os custos necessários para colocar a aplicação em condições de ser usada pelo utilizador, e sendo posteriormente ajustados pelas amortizações acumuladas.

O registo das amortizações é efectuado, em base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que é de 3 anos no caso das aplicações informáticas (taxa de 33,33%).

— **Activos Fixos Tangíveis**

São contabilizados pelo respectivo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada para cada tipo de activo subjacente, conforme o quadro seguinte:

	Percentagem anual
Equipamento básico	10,00%
Equipamento administrativo: escritório, mobiliário e artigos de decoração e social	10 a 33,33%
Outros activos tangíveis	10,00%

Os eventuais ganhos ou perdas provenientes do abate ou da alienação são determinados pela diferença entre os valores efectivamente recebidos e a quantia escriturada do activo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos nas demonstrações financeiras.

— **Activos financeiros detidos para negociação**

São adquiridos com o intuito de venda no curto prazo e de realização de ganhos, quer tendo por base os rendimentos, quer através da flutuação de valores.

As compras e vendas de activos financeiros são registadas no momento da transacção e são imediatamente reconhecidos ao justo valor. Os ganhos e as perdas,

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33

realizados ou não realizados, decorrentes das alterações ao justo valor, são incluídos nas demonstrações financeiras no período a que respeitem, nas respectivas contas de resultados.

O justo valor dos investimentos é calculado com base em preços de mercado. No caso de títulos cotados, cuja cotação se afaste de forma significativa do justo valor de realização, é utilizada, para efeito de valorização, uma metodologia económica ajustada ao tipo de activo financeiro em causa. Assim, recorre-se a preços utilizados em transacções recentes de activos semelhantes, efectuadas entre partes independentes, bem como análise do fluxo de caixa descontado.

A valorização de títulos cotados, que apresentem reduzida liquidez nos mercados regulamentados e que sejam maioritariamente transaccionados em operações fora de bolsa, é efectuada através de recurso a preços disponibilizados pelos principais fornecedores de informação financeira.

Os juros e os encargos são registados nas respectivas contas no momento em que é estabelecido o direito ao seu recebimento ou pagamento, respectivamente, excepto no caso dos dividendos, que apenas são registados no momento do seu recebimento efectivo.

— Reconhecimento de Proveitos e Custos

De acordo com o princípio da especialização dos exercícios, por norma, os proveitos e os custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, ou seja, são contabilizados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

Os proveitos apenas são reconhecidos desde que seja provável que fluam para a Sociedade os benefícios económicos futuros, associados a cada transacção e que a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

— Impostos sobre o rendimento

Calculado com base no resultado tributável, considerando a tributação diferida. São reconhecidos activos por impostos diferidos, na medida em que seja provável que serão gerados resultados futuros para utilizar a respectiva diferença temporária.

Os impostos diferidos activos são recalculados numa base anual e ajustados ao valor expectável de utilização, utilizando-se as taxas fiscais em vigor na data do fecho do balanço, aplicáveis no período de realização dos activos por impostos diferidos.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33

Nota 2

— PRESSUPOSTOS, JUÍZOS DE VALOR E ESTIMATIVAS UTILIZADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na preparação das presentes demonstrações financeiras foram elaboradas estimativas e adoptados pressupostos que afectam o valor contabilístico dos activos, passivos, réditos e gastos, bem como os passivos contingentes, se aplicável.

Na elaboração dos pressupostos e das estimativas utilizadas foi considerada a informação disponível até à data de aprovação das contas pelo Conselho de Administração, em 28 de Fevereiro de 2010.

Nota 3

— GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

A Sociedade Gestora está sujeita a vários riscos financeiros, nomeadamente, de mercado (cambial e de taxa de juro), de crédito e de liquidez:

- i) O risco cambial, dada a inexistência de activos denominados em moeda estrangeira, decorre da aquisição de bens e serviços em moedas diferentes do euro, não se justificando a negociação de contratos de cobertura;
- ii) O risco associado à taxa de juro decorre de aplicações financeiras, a taxa fixa ou variável, que são geridas por forma a assegurar a adequada liquidez e o baixo risco de contraparte;
- iii) O risco de crédito, atendendo à natureza da actividade desenvolvida, está assegurado através da existência de relações contratuais com o principal accionista;
- iv) O risco de liquidez é gerido de forma prudente, através da manutenção de disponibilidades em montante adequado para a actividade desenvolvida, bem como da negociação de aplicações financeiras de muito curto prazo.

Nota 4
— MOVIMENTOS OCORRIDOS NOS ACTIVOS FIXOS

No quadro seguinte apresentam-se os movimentos ocorridos na rubrica de activos fixos, incluindo as respectivas amortizações acumuladas:

	Saldo Inicial	Aumentos	Abates	Saldo Final
INVESTIMENTOS				
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Equipamento Básico	270.420,34	76.701,38	68.623,18	278.498,54
Equipamento Administrativo	734.695,73	29.212,72	171.643,57	592.264,88
Outros Activos Tangíveis	73.936,48	0,00	0,00	73.936,48
	1.079.052,55	105.914,10	240.266,75	944.699,90
ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS				
Projectos de Desenvolvimento	117.229,02	0,00	117.229,02	0,00
Programas de Computador	1.591.660,95	48.115,26	884.796,20	754.980,01
	1.708.889,97	48.115,26	1.002.025,22	754.980,01
	2.787.942,52	154.029,36	1.242.291,97	1.699.679,91
DEPRECIAÇÕES				
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Equipamento Básico	186.812,28	22.694,24	62.175,62	147.330,90
Equipamento Administrativo	614.774,32	47.360,48	171.461,19	490.673,61
Outros Activos Tangíveis	41.631,97	6.133,66	0,00	47.765,63
	843.218,57	76.188,38	233.636,81	685.770,14
ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS				
Projectos de Desenvolvimento	117.229,01	0,00	117.229,02	-0,01
Programas de Computador	1.490.655,41	57.105,94	884.796,20	662.965,15
	1.607.884,42	57.105,94	1.002.025,22	662.965,14
	2.451.102,99	133.294,32	1.235.662,03	1.348.735,28
	336.839,53	20.735,04	6.629,94	350.944,63

(em Euros)

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33

Nota 5
TÍTULOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A composição da carteira de títulos, no final dos exercícios, decompõe-se conforme o quadro seguinte:

		31 / Dez / 10				31 / Dez / 09	
	Moeda	Quantidade	Custo médio	Valias	Juro Corrido	Valor de Balanço	Valor de Balanço
Instrumentos Financeiros							
Detidos para Negociação							
Bilhetes do Tesouro	EUR	1.552.000,00	1.540.051,55	4.657,26	0,00	1.544.708,79	803.773,98
Títulos do Tesouro	EUR	280.000,00	288.919,20	-8.250,27	7.091,37	287.760,30	1.021.711,94
Total		1.832.000,00	1.828.970,75	-3.593,01	7.091,37	1.832.469,09	1.825.485,92

(em Euros)

Nota 6
COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

O detalhe da rubrica de Componentes de Caixa e seus equivalentes é o seguinte:

	31 / Dez / 10	31 / Dez / 09
Depósitos à ordem	197.488,42	148.709,62
Depósitos a prazo	0,00	350.000,00
Total	197.488,42	498.709,62

(em Euros)

Aos valores acima acresce o montante de 1.246,98 euros referentes ao fundo fixo de caixa.

Nota 7
COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL, RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

O capital social da Sociedade Gestora encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 200.000 acções com o valor nominal de 5 euros cada.

A lista de accionistas, conforme o estipulado no n.º 4 do art.º 448 do código das Sociedades Comerciais, com referência a 31 de Dezembro de 2010, é a seguinte:

Titularidade	Acções Detidas	%
Banco de Portugal	195.564	97,78%

(em Euros)

A variação na estrutura de capitais próprios consta do mapa da demonstração das alterações no capital próprio.

Decorrente do processo de transição do Plano Oficial de Contabilidade (POC) para o novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), foram registados Resultados Transitados no montante de -3.917,27 euros, devido essencialmente ao desreconhecimento de activos.

Nota 8

— ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Os saldos detalhados desta rubrica do balanço, em 31 de Dezembro de 2009 e 2010, são os seguintes:

	31 / Dez / 10	31 / Dez / 09
Estado e Outros Entes Públicos		
IRC a pagar	1.491,79	23.403,52
Retenção de Impostos	1.987,79	438,98
Imposto sobre o Valor acrescentado	20.951,59	357,02
Contribuições para a Segurança Social	687,95	676,38
	25.119,12	24.875,90

(em Euros)

Nos termos da legislação em vigor, a Sociedade Gestora está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das pessoas colectivas (IRC), encontrando-se enquadrada como exercendo “Actividades de Gestão de Fundos”, sujeita ao regime geral de tributação de rendimentos, pelo que sobre o lucro obtido em cada período de tributação incide a taxa normal, actualmente de 25%.

Adicionalmente, em cada período de tributação incide ainda uma derrama, sobre o lucro tributável não isento de IRC, fixada pelo Município de Lisboa, até ao valor máximo de 1,5%.

As declarações fiscais da Sociedade Gestora podem ser revistas e corrigidas, por parte das autoridades fiscais, durante um período de 4 anos, com excepção das declarações para a Segurança Social, que podem ser revistas durante um período de 5 anos, em ambos os casos, com as excepções previstas na Lei.

No final de 2010, estas excepções não eram aplicáveis à Sociedade Gestora, nomeadamente, pela inexistência de prejuízos fiscais ou de benefícios fiscais, ou por não estarem em curso inspecções fiscais, reclamações ou impugnações fiscais que, dependendo das circunstâncias, possam alargar ou suspender os referidos prazos.

As autoridades fiscais podem ainda efectuar correcções, sempre que existam relações especiais que tenham sido estabelecidas em condições diferentes das que seriam normalmente acordadas com entidades independentes.

Durante o exercício de 2010, a Administração Fiscal efectuou uma acção de inspecção interna, relativa ao exercício de 2008, da qual não resultou qualquer correcção à matéria tributável ou à determinação de impostos em falta.

A Administração da Sociedade considera que eventuais correcções resultantes de revisões fiscais, aplicáveis aos exercícios passíveis de revisão, não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras apresentadas.

A Sociedade Gestora reconhece o efeito fiscal das diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e fiscal, para efeito de tributação em sede de IRC, relativas à depreciação da carteira de títulos.

Os impostos diferidos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes das diferenças temporárias. Os impostos diferidos são calculados e avaliados anualmente, utilizando a taxa efectiva de tributação que se assume estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Na transição para o SNC foram reconhecidos os impostos diferidos associados aos ajustamentos de transição, bem como os impostos diferidos activos e passivos não reconhecidos de acordo com as regras do POC.

O montante registado em Impostos Diferidos foi de 1.828,60 euros.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33

Nota 9

— FORNECEDORES, DIFERIMENTOS E OUTROS VALORES A RECEBER E A PAGAR

Estas rubricas decompõem-se essencialmente da seguinte forma:

	31 / Dez / 10	31 / Dez / 09
Fornecedores	64.498,38	38.037,13
Impostos Diferidos	1.828,60	3.805,95
Diferimentos Activos	193.990,83	39.972,42
Diferimentos Passivos	10.487,07	874,05

(em Euros)

O montante de fornecedores regista os respectivos movimentos das contas correntes.

O valor registado em diferimentos activos, em 31 de Dezembro de 2010, evidencia sobretudo as mensualizações efectuadas referentes a serviços relacionados com Sistemas de Informação. Salienta-se ainda que como diferimento passivo inclui 7.744,00 euros de custos incorridos com serviço de auditoria.

O montante registado de 8.423,31 euros, na mesma data, corresponde na sua maior parte a serviços jurídicos prestados em 2010, cuja liquidação ocorreu no início de 2011.

O montante a receber de 52.221,57 euros, registados no final de 2010, corresponde a um valor a regularizar pelo Banco de Portugal, em 2011, e está relacionado com o acordo de cedência de pessoal.

Nota 10

— GASTOS COM PESSOAL

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	31 / Dez / 10	31 / Dez / 09
Remunerações do Pessoal	2.118.217,57	2.074.800,40
Encargos com Remunerações	6.377,97	6.493,68
Outros	29.190,35	54.785,43
	2.153.785,89	2.136.079,51

(em Euros)

O valor das remunerações corresponde aos valores reembolsados ao Banco de Portugal, relativos aos encargos liquidados aos colaboradores da Sociedade Gestora, pertencentes aos quadros do Banco e signatários do respectivo acordo de cedência de trabalhadores.

Os outros gastos correspondem, maioritariamente, a custos de formação suportados pela Sociedade Gestora.

Nota 11

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A prestação de serviços reporta-se apenas à comissão de gestão, cujo montante é estabelecido anualmente, de acordo com o contrato de gestão celebrado entre o Banco de Portugal e a Sociedade Gestora.

Por decisão do Conselho de Administração da Sociedade Gestora, a remuneração de gestão de 2010 ascendeu a 3.572.780 euros.

Nota 12

FORNECEDORES E SERVIÇOS EXTERNOS

No final dos exercícios de 2009 e 2010, a composição desta rubrica é a seguinte:

	31 / Dez / 10	31 / Dez / 09
Fornecimentos e Serviços Externos		
Serviços Especializados	693.455,13	636.483,34
Materiais	5.684,85	6.817,93
Energia e Fluidos	21.267,35	20.957,27
Deslocações e Estadas e Transportes	18.444,60	15.263,01
Serviços Diversos	430.667,47	428.464,19
	1.169.519,40	1.107.985,74

(em Euros)

Nota 13

— OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de outros rendimentos e ganhos apresentava o seguinte detalhe em 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

	31 / Dez / 10	31 / Dez / 09
Outros rendimentos e ganhos		
Correcções de exercícios anteriores	315,84	1.919,50
Rendimentos e ganhos em alienações	5.557,69	7.805,20
Excesso de estimativa de impostos	1.562,50	0,00
Rendimentos Suplementares	11.913,16	11.587,28
Outros	53.395,24	62.199,58
	72.744,43	83.511,56

(em Euros)

Nota 14

— AUMENTOS/REDUÇÕES JUSTO VALOR

As perdas e os ganhos provenientes do justo valor dos instrumentos financeiros detidos para negociação encontram-se evidenciados no mapa seguinte:

	31 / Dez / 10	31 / Dez / 09
Aumentos/Reduções Justo Valor		
Perdas por redução do justo valor	7.314,41	15.540,04
Ganhos por aumentos do justo valor	3.335,11	2.712,67
	-3.979,30	-12.827,37

(em Euros)

Nota 15

— REVERSÕES

No ano de 2010 não houve lugar à constituição de provisões.

	31 / Dez / 10	31 / Dez / 09
Reversões de Provisões		
Processos Judiciais em curso	0,00	35.344,87
	0,00	35.344,87

(em Euros)

Nota 16
OUTROS GASTOS E PERDAS

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	31 / Dez / 10	31 / Dez / 09
Outros Gastos e Perdas		
Impostos Indirectos	60.441,98	18.656,15
Taxas	11.666,27	9.249,42
Gastos e perdas em alienações	6.267,89	4.256,54
Correcções de exercícios anteriores	3.921,70	2.231,77
Quotizações	8.400,00	7.950,00
Taxas e outras despesas financeiras	2.371,32	2.167,76
	93.069,16	44.511,64

(em Euros)

Nota 17
JUROS E RENDIMENTOS OBTIDOS E JUROS E GASTOS SUPORTADOS

No final dos exercícios de 2010 e 2009, a composição destas rubricas é a seguinte:

	31 / Dez / 10	31 / Dez / 09
Juros e Rendimentos Obtidos		
Juros obtidos em depósitos	2.608,88	2.213,79
Juros obtidos em aplicações	17.341,12	37.355,49
	19.950,00	39.569,28
Juros e Gastos Similares		
Juros de mora e compensatórios	16,49	0,00
Outros	-0,19	0,00
	16,30	0,00
	19.933,70	39.569,28

(em Euros)

Nota 18

AJUSTAMENTOS DE TRANSIÇÃO

Os principais ajustamentos realizados na sequência do processo de transição da base POC para SNC foram os seguintes:

	Resultados Transitados	Resultado Líquido do período	Impostos Diferidos	Activos Fixos Tangíveis	Depreciações Acumuladas	Provisão de Reestruturação	Instrumentos Financeiros detidos para Negociação
Desreconhecimento de bens registados em POC no Activo Tangível e Intangível							
Anulação a 01/01/2009 do Imobilizado	132.228,58			-1.242.291,97	1.110.063,39		
Constituição do imposto Diferido	-34.307,62		34.307,62				
Desreconhecimento das Depreciações		-125.598,64			125.598,64		
Reversão do Imposto Diferido pela aplicação da taxa efectiva de imposto		32.587,43	-32.587,43				
Justo valor dos Títulos Negociáveis							
Ajustamento do Justo valor da carteira	-13.670,63						13.670,63
Reconhecimento do Imposto Diferido pela aplicação da taxa efectiva de imposto	3.546,93		-3.546,93				
Reconhecimento do Justo valor dos Títulos Negociáveis a 31.12.2009		-2.712,67					2.712,67
Reconhecimento do Imposto Diferido relativo ao Justo valor dos títulos negociáveis em 2009		703,82	-703,82				
Desreconhecimento dos Ganhos e Perdas realizados nos Investimentos Financeiros		-13.670,63					13.670,63
Reversão do Imposto diferido inerente ao Justo valor dos títulos aquando da alienação dos mesmos		-3.465,00	3.465,00				
Anulação da Provisão de Reestruturação							
Anulação da Provisão	-35.000,00					35.000,00	
Constituição do Imposto Diferido Inerente à Provisão	8.750,00		-8.750,00				
Desreconhecimento da Anulação da Provisão de Reestruturação efectuada em 2009		35.000,00				-35.000,00	
Reversão do Imposto diferido inerente à provisão de Reestruturação		-8.750,00	8.750,00				

(em Euros)

Nota 19

— REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO E DE FISCALIZAÇÃO

Em cumprimento do disposto no artigo 3.º da Lei n.º 28/2009 de 19 de Junho, assinala-se que os membros do Conselho de Administração da Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. não auferiram qualquer remuneração em 2010 .

O órgão de fiscalização da Sociedade, constituído por um Fiscal Único, representado pela Ernst&Young Audit & Associados, SROC, S.A. auferiu uma remuneração no valor de 15.246 euros, com referência ao exercício de 2010.

Nota 20

— CONTAS DE ORDEM

Conforme o determinado pelas Normas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal, a relevação das contas dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, geridos pela Sociedade Gestora, encontram-se desenvolvidas nas seguintes contas extra patrimoniais:

01 – Fundos de Pensões do Banco de Portugal

02 – Gestão dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal

Estas contas apresentam saldos simétricos, em 31 de Dezembro de 2010, de 1.235.684.436,80 euros, e correspondem ao total dos activos dos dois Fundos de Pensões sob gestão.



Ernst & Young Audit & Associados-SROC, S.A.

Avenida da República, 90 - 6.º

1600-206 Lisboa

Portugal

Tel: +351 217 912 000

Fax: +351 217 957 586

www.ey.com

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 2.630.190,11 Euros e um total de capital próprio de 2.521.662,23 Euros, incluindo um resultado líquido de 78.137,83 Euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 15 de Março de 2011

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)



Ernst & Young Audit & Associados-SROC, S.A.
Avenida da República, 90 - 6.º
1600-206 Lisboa
Portugal
Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da empresa tendo efectuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados, as quais incluem as decorrentes da adopção pela primeira vez do Sistema de Normalização Contabilística aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho [excluir se o relato for em IFRS, conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- Fiscalizámos a eficácia do sistema de gestão de riscos, dos sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;
- Estivémos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades apresentadas provenientes dos accionistas, colaboradores da sociedade e outros [se existentes];
- Confirmámos que o Relatório de Gestão o Balanço, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e reflectem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade;



No decurso dos nossos actos de verificação e validação que efectuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efectuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Procedemos à acção de fiscalização da Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2010 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos sócios previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2010 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais
- (c) O Balanço, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2010, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 15 de Março de 2011

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)
Representada por:

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)



Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S. A.
Avenida da República, nº 57 - 7º, Lisboa
Aguarela sobre papel de Paulo Ossião
da colecção do Banco de Portugal.

Produção: Ligrate, Lda.
Junho de 2011